

**AgRg na AÇÃO PENAL Nº 897 - DF (2017/0213530-3)**

**RELATÓRIO**

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI:**

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou a presente ação penal pública incondicionada contra os seguintes conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ):

Aloysio Neves Guedes, imputando-lhe a prática (i) do crime de pertinência a organização criminosa, na modalidade qualificada (Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, art. 2º, § 4º, II), (ii) do crime de corrupção passiva, nas modalidades simples e qualificada (Código Penal, art. 317, caput, § 1º, conjugado com o art. 327, § 2º), em continuidade delitiva (CP, art. 71), (iii) e do crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, na modalidade qualificada (Lei 9.613, de 3 de março de 1998, art. 1º, § 4º);

Domingos Inácio Brazão, imputando-lhe a prática (i) do crime de pertinência a organização criminosa, na modalidade qualificada (Lei 12.850, art. 2º, § 4º, II) (ii) e do crime de corrupção passiva, nas modalidades simples e qualificada (Código Penal, art. 317, caput, § 1º, conjugado com o art. 327, § 2º), em continuidade delitiva (CP, art. 71);

José Gomes Graciosa, imputando-lhe a prática (i) do crime de pertinência a organização criminosa, na modalidade qualificada (Lei 12.850, art. 2º, § 4º, II) (ii) e do crime de corrupção passiva, nas modalidades simples e qualificada (Código Penal, art. 317, caput, § 1º, conjugado com o art. 327, § 2º), em continuidade delitiva (CP, art. 71);

José Maurício de Lima Nolasco, imputando-lhe a prática (i) do crime de pertinência a organização criminosa, na modalidade qualificada (Lei 12.850, art. 2º, § 4º, II) (ii) e do crime de corrupção passiva, nas modalidades simples e qualificada (Código Penal, art. 317, caput, § 1º, conjugado com o art. 327, § 2º), em continuidade delitiva (CP, art. 71);

e Marco Antônio Barbosa de Alencar, imputando-lhe a prática (i) do crime de pertinência a organização criminosa, na modalidade qualificada (Lei 12.850, art. 2º, § 4º, II) (ii) e do crime de corrupção passiva, nas modalidades simples e qualificada (Código Penal, art. 317, caput, § 1º, conjugado com o art. 327, § 2º), em continuidade delitiva (CP, art. 71.) (e-STJ fls. 3319-3565.)

O então Relator, Ministro FELIX FISCHER, determinou a notificação dos denunciados para a apresentação de resposta escrita. Lei 8.038, de 28 de maio de 1990, art. 4º; RISTJ, art. 220. (e-STJ fls. 3619-3621.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

A Coordenadoria da Corte Especial expediu certidão sobre a disponibilidade de acesso aos elementos de prova que instruem a ação penal. (e-STJ fls. 4976-4977.)

Os denunciados apresentaram suas respostas: Aloysio Guedes (e-STJ fls. 4954-4971); José Nolasco (e-STJ fls. 4985-5108); Domingos Brazão (e-STJ fls. 5188-5241); José Graciosa (e-STJ fls. 5420-5570); e Marco Alencar (e-STJ fls. 5632-5691.)

Em 13 de junho de 2019, a Corte Especial recebeu a denúncia. (e-STJ fls. 8165-8373.) Os acusados José Nolasco (e-STJ fls. 8413-8436), Marco Alencar (e-STJ fls. 8439-8457) e Domingos Brazão (e-STJ fls. 8460-8471) opuseram embargos de declaração ao acórdão em que foi recebida a denúncia. A Corte Especial rejeitou os embargos. (e-STJ fls. 8705-8868.) Em seguida, o acusado José Graciosa opôs embargos de declaração. (e-STJ 8877-8896.) O MPF respondeu aos embargos. (e-STJ fls. 8935-8941.) A Corte Especial rejeitou os embargos de declaração opostos pelo acusado José Graciosa. (e-STJ fls. 10651-10653 e 10661-10674.)

Os acusados José Nolasco (e-STJ fl. 8897), Domingos Brazão (e-STJ fls. 8901-8913), Marco Alencar (e-STJ fls. 8915-8921 e 9145-9167) e José Graciosa (e-STJ fls. 9240-9243) apresentaram defesa prévia.

Esta Relatora prolatou decisão apreciando os requerimentos formulados pelo MPF e pelas defesas na instrução processual. (e-STJ fls. 10365-10383.) O acusado Marco Alencar (e-STJ fls. 10438-10447) opôs embargos de declaração. O MPF indicou o endereço das testemunhas por ele arroladas. (e-STJ fls. 10450-10452.) Domingos Brazão interpôs agravo interno da decisão acima mencionada. (e-STJ fls. 10463-10476.) O MPF apresentou impugnação aos embargos e ao agravo interno. (e-STJ fls. 10503-10509.) Os embargos de declaração opostos pelo acusado Marco Alencar foram rejeitados. (e-STJ fls. 10559-10567.) O acusado Marco Alencar interpôs agravo interno da decisão originária e da integrativa. (e-STJ fls. 10588-10603.) O MPF apresentou resposta. (e-STJ fls. 10617-10621.)

A Corte Especial negou provimento aos agravos internos interpostos pelos acusados Domingos Brazão e Marco Alencar. (e-STJ fls. 10654-10657 e 10675-10691; 10658-10660 e 10692-10714.)

A defesa do acusado José Graciosa desistiu da oitiva de uma das testemunhas por ela indicadas. Em seguida, esta Relatora “homologo[u] a desistência manifestada pela defesa do acusado José Gomes Graciosa quanto à oitiva da testemunha Jacob Barata Filho. (e-STJ fl. 10823.)” (e-STJ fl. 10831-10833.) Além disso, esta Relatora determinou a “abert[ura] [de] vista dos autos ao Ministério Público Federal (MPF), pelo prazo de 10 (dez) dias, para manifestar-se sobre os pedidos formulados

# *Superior Tribunal de Justiça*

pelo acusado Domingos Brazão (e-STJ fls. 10765-10769), pelo colaborador Marcos Andrade Barbosa Silva (e-STJ fls. 10774-10778, 10797 e 10801-10806), pelo acusado Marco Alencar (e-STJ fls. 10783-10786), pelo acusado Aloysio Guedes (e-STJ fls. 10812-10815) e pela testemunha Marco Antônio de Luca. (e-STJ fl. 10818.)” (e-STJ fls. 10831-10833.)

O MPF manifestou-se: (i) pelo indeferimento da declinação de competência à primeira instância em relação ao acusado Aloysio Guedes, que aposentou-se do cargo de Conselheiro do TCE/RJ; (ii) pela “prejudicialidade” do pedido formulado pelo colaborador Marcos Andrade Barbosa Silva em e-STJ fls. 10774-10778 e 10797; (iii) pelo indeferimento do pedido feito pelo colaborador Marcos Andrade Barbosa Silva quanto às eventuais oitivas futuras, formulado em e-STJ fls. 10801-10805; (iv) pelo parcial deferimento do pedido formulado pelo acusado Domingos Brazão (e-STJ fls. 10765-10769), “de modo que lhe seja concedido acesso apenas ao Anexo 13 do Termo de Colaboração de José Carlos Reis Lavouras”; (v) pelo indeferimento do pedido formulado pelo acusado Marco Alencar (e-STJ fls. 10783-10786); (vi) pela “prejudicialidade” do pedido formulado pela testemunha Marco Antonio de Luca. (e-STJ fls. 10921-10947.) (Caixa alta suprimida.)

Em seguida, esta Relatora

[...] indef[eriu] o pedido formulado pelo MPF de oitiva de “Reginaldo Assunção Silva [...], Marcelo Duarte Ribeiro [...], José Ricardo da Silva [...], Marcelo Thadeu da Silva Neto [...] e José Aldemário Pinheiro Filho [...] como testemunhas por iniciativa des[t]a [...] Relatoria” (e-STJ fl. 9138);

[...] indef[eriu] o pedido de declinação de competência para a primeira instância, formulado pela defesa do acusado Aloysio Neves Guedes;

[...]

[...] indef[eriu] os pedidos formulados pelas defesas dos acusados Domingos Inácio Brazão e Marco Antônio Barbosa de Alencar de acesso aos acordos de colaboração firmados entre o MPF e os srs. José Carlos Reis Lavouras e Carlson Ruy Ferreira; (e-STJ fls. 11907-11931.) (Grifo suprimido.)

Inconformadas, as partes interpuseram agravo regimental (agravo interno). Domingos Inácio Brazão (e-STJ fls. 11934-11949); Marco Antônio Barbosa de Alencar (e-STJ fls. 11950-11974); Aloysio Neves Guedes (e-STJ fls. 11975-11983); MPF (e-STJ fls. 11992-12010).

Em consequência, esta Relatora “suspend[eu], por ora, a determinação

# *Superior Tribunal de Justiça*

de “expedição de carta de ordem ao TRF2 a fim de proceder ao interrogatório dos acusados” (e-STJ fl. 11931) (Grifo suprimido)”. (e-STJ fls. 1214-1218.)

O MPF manifestou-se pelo não provimento dos agravos interpostos pelos acusados Aloysio Guedes (e-STJ fls. 12023-12027), Marco Alencar (e-STJ fls. 12028-12035) e Domingos Brazão (e-STJ fls. 12036-12043). Somente Domingos Brazão respondeu ao agravo interposto pelo MPF, pugnando pelo não provimento. (e-STJ fls. 12047-12051.) Os demais acusados não responderam. (e-STJ fl. 12056.)

É o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

## AgRg na AÇÃO PENAL Nº 897 - DF (2017/0213530-3)

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : ALOYSIO NEVES GUEDES  
**ADVOGADOS** : RODRIGO MOURA COELHO DA PALMA - RJ098041  
LEANDRO MOREIRA LOUZADA - RJ147970  
RAFAEL DA SILVA FARIA - RJ170872  
GABRIEL MIRANDA MOREIRA DOS SANTOS - RJ188801  
MARCELO NEVES REZENDE - RJ204886  
SIMONE MATHEUS DA FONSECA - RJ180764  
BRUNA FRAGA GONÇALVES - RJ199739  
JOÃO PEDRO COUTINHO BARRETO - RJ210903  
MARIA DE DEUS COELHO ROCHA FARIA - DF039867  
ANA CAROLINA BASTOS DE CARVALHO FERRARI -  
GO037313  
DANIELLE GOMES NUNES DA MOTTA - RJ214101

**SOC. de ADV. AGRAVADO INTERES. ADVOGADOS** : MOURA E LOUZADA ADVOGADOS ASSOCIADOS  
: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
: JOSÉ GOMES GRACIOSA  
: JOAQUIM QUEIROGA NETO - RJ029636  
BENEDITO CEREZZO PEREIRA FILHO - SP142109  
MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - DF021932

**ADVOGADOS** : THAÍS AROCA DATCHO LACAVA - SP234563  
LUIZ EDUARDO RUAS BARCELLOS DO MONTE - DF041950  
ANTONIO MIGUEL PENAFORT QUEIROS GROSSI - DF049341  
MARINA FERES CARMO - DF060972  
RAFAEL PINA VON ADAMEK - DF062524

**SOC. de ADV. INTERES. ADVOGADOS** : MARCELO LEAL ADVOGADOS ASSOCIADOS  
: DOMINGOS INÁCIO BRAZÃO  
: IGOR SANT'ANNA TAMASAUSKAS - SP173163  
PIERPAOLO CRUZ BOTTINI - SP163657  
MARCIO GESTEIRA PALMA - RJ110382  
MARCIO MARTAGÃO GESTEIRA PALMA - DF021878  
ALDO ROMANI NETTO - SP256792  
DEBORA CUNHA RODRIGUES - SP316117  
JOAO ANTONIO SUCENA FONSECA - DF035302

**ADVOGADOS** : STEPHANIE PASSOS GUIMARÃES - SP330869  
OTAVIO RIBEIRO LIMA MAZIEIRO - SP375519  
TIAGO SOUSA ROCHA - SP344131  
ILANA MARTINS LUZ - BA031040  
PEDRO BARROS DÁVILA - SP413520  
BRUNO LESCHER FACCIOLLA - SP422545  
LUÍSA WEICHERT - SP423194  
THIAGO WENDER SILVA FERREIRA - DF071696

**SOC. de ADV. INTERES. ADVOGADOS** : BOTTINO & TAMASAUSKAS ADVOGADOS  
: JOSE MAURICIO DE LIMA NOLASCO  
: CARMEN MANSANO DA COSTA BARROS FILHA - RJ041099  
PAULO MÁRCIO ENNES KLEIN - RJ100444  
ANDRÉ PERECMANIS - RJ109187

# *Superior Tribunal de Justiça*

PAULO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS FILHO - RJ159751  
PEDRO LAMBERT PASSOS BELLAGAMBA - RJ201399  
MARINA DALLA BERNARDINA DE REZENDE - RJ206503  
JOÃO LUCAS SILVA - DF047012  
INTERES. : MARCO ANTONIO BARBOSA DE ALENCAR  
ADVOGADOS : NÉLIO ROBERTO SEIDL MACHADO - RJ023532  
JOÃO FRANCISCO NETO - RJ147291  
GABRIEL DE ALENCAR MACHADO - RJ159422  
FERNANDO AUGUSTO ROCHA FARIA - DF045989  
THIAGO AYRES DE ALMEIDA GUEIROS - RJ208069  
PHILLIP HANDOW KRAUSPENHAR - DF056033

## **EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO PENAL PROPOSTA CONTRA CINCO CONSELHEIROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DE UM DOS RÉUS. PRETENDIDO DESMEMBRAMENTO DOS AUTOS. IMPROCEDÊNCIA, NO CASO. “ENCADEAMENTO DE CONDUTAS EM COAUTORIA E PARTICIPAÇÃO EM CRIMES QUE ENVOLVEM AGENTE COM FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO [...] E DEMAIS NÃO DETENTORES DO FORO”. (STJ, APN 993/DF.) HIPÓTESE EM QUE “A DIVISÃO NESTE MOMENTO PODERIA COLOCAR EM RISCO A INSTRUMENTALIDADE, A BUSCA CONJUNTA DA VERDADE NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL E O OBJETIVO DE QUE SEJAM PROFERIDAS DECISÕES NÃO CONTRADITÓRIAS AOS LITISCONSORTES PASSIVOS (DENUNCIADOS.)” (STJ, APN 993/DF.) INSTRUÇÃO PROCESSUAL EM ESTÁGIO AVANÇADO, PORQUANTO JÁ FORAM INQUIRIDAS TODAS AS TESTEMUNHAS INDICADAS PELAS PARTES. CONSEQUENTE AUSÊNCIA DE CONVENIÊNCIA DA CISÃO PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

**VOTO**

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI (Relatora):**

I

**A** No tocante ao acusado Aloysio Guedes, a decisão agravada tem o seguinte teor:

[...] O acusado Aloysio Guedes afirma que foi aposentado compulsoriamente em 25 de fevereiro de 2022, quando completou 75 anos de idade. Alega que, nos termos de decisão da Corte Especial deste Tribunal, “[a] aposentadoria do Conselheiro de Contas denunciado, detentor de foro por prerrogativa de função, determina o encerramento da competência originária do Superior Tribunal de Justiça para julgar a ação penal, por motivo superveniente ao processamento do feito.” (STJ, AgRg na APn n. 869/DF, relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 7/11/2018, DJe de 21/11/2018.)

Sustenta que “que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Recursos Extraordinários 546.609 e 549.560, consolidou o entendimento de que aposentadoria de magistrado cessa a prerrogativa de foro que lhe era conferida em razão do cargo exercido, o que, de forma análoga, deve ser aplicado também a Conselheiro do Tribunal de Contas.” (e-STJ fl. 10814).

Assevera, ainda, que, não tendo sido encerrada a instrução processual, a sua situação “não se amolda à tese fixada pelo STF nos autos da Ação Penal nº 937, segundo a qual 'após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo'.” (e-STJ fl. 10814). (Grifo suprimido).

Considerando “que (i) [ele] foi aposentado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no dia 25.02.2022; e (ii) [que] a instrução do processo ainda não foi encerrada; [o acusado Aloysio Guedes] pede[], respeitosamente, o reconhecimento da incompetência superveniente deste egrégio Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar o caso específico [dele] e a consequente remessa dos autos à primeira instância.” (e-STJ fl.

10815). (Grifo suprimido).

[...] O MPF pugna pela manutenção da competência desta Corte. Afirma que “há precedentes da Suprema Corte no sentido de se impedir a cisão processual nas situações em que, conquanto presentes apenas algumas autoridades com foro por prerrogativa de função, os fatos se revelem 'de tal forma imbricados que a cisão por si só implique prejuízo a seu esclarecimento’”. (STF, AP 853/DF, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 19/05/2014, DJe-097 22/05/2014.) (e-STJ fl. 10930). Alega, ainda, invocando decisão do STF, que, “[s]egundo afirmado por seu Plenário, cabe ao Supremo Tribunal Federal, ao exercer sua prerrogativa exclusiva de decidir sobre a cisão de processos envolvendo agentes com prerrogativa de foro, promover, em regra, o seu desmembramento, a fim de manter sob sua jurisdição apenas o que envolva especificamente essas autoridades, segundo as circunstâncias de cada caso (INQ 3.515 AgR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, DJe de 14.3.2014). Ressalvam-se, todavia, situações em que os fatos se revelem 'de tal forma imbricados que a cisão por si só implique prejuízo a seu esclarecimento' (AP 853, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 22.5.2014)”. (STF, Inq 3984, Relator(a): TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 06/12/2016, DJe-267 16-12-2016).

O MPF assevera que, “[n]o caso concreto, a imbricação fática decorre da própria complexidade do caso, do número de crimes e de denunciados e da imputação de organização criminosa, além das relações de conexão e de continência O MPF pugna pela manutenção da competência desta Corte. Afirma que “há precedentes da Suprema Corte no sentido de se impedir a cisão processual nas situações em que, conquanto presentes apenas algumas autoridades com foro por prerrogativa de função, os fatos se revelem 'de tal forma imbricados que a cisão por si só implique prejuízo a seu esclarecimento’”. (STF, AP 853/DF, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 19/05/2014, DJe-097 22/05/2014.) (e-STJ fl. 10930). Alega, ainda, invocando decisão do STF, que, “[s]egundo afirmado por seu Plenário, cabe ao Supremo Tribunal Federal, ao exercer sua prerrogativa exclusiva de decidir sobre a cisão de processos envolvendo agentes com prerrogativa de foro, promover, em regra, o seu desmembramento, a fim de manter sob sua jurisdição apenas o que envolva especificamente essas autoridades, segundo as circunstâncias

de cada caso (INQ 3.515 AgR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, DJe de 14.3.2014). Ressalvam-se, todavia, situações em que os fatos se revelem 'de tal forma imbricados que a cisão por si só implique prejuízo a seu esclarecimento' (AP 853, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 22.5.2014)". (STF, Inq 3984, Relator(a): TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 06/12/2016, DJe-267 16-12-2016).

O MPF assevera que, "[n]o caso concreto, a imbricação fática decorre da própria complexidade do caso, do número de crimes e de denunciados e da imputação de organização criminosa, além das relações de conexão e de continência identificadas, justificando a manutenção da competência do STJ para julgamento integral da ação penal." (e-STJ fl. 10932). Argumenta que "[a] garantia de julgamento por um único órgão jurisdicional, para além de preservar a isonomia cognitiva – em especial na produção e na valoração das provas –, realiza o princípio do juiz natural, solucionando-se do mesmo modo um único conjunto fático." (e-STJ fl. 10933). Em seguida, ressalta que, "[n]esse sentido é o enunciado da Súmula 704 do STF, ao dispor que: 'Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados'." (e-STJ fl. 10933). O MPF afirma que "[t]al enunciado há de ser especialmente aplicado em contextos como o presente, pois a produção fracionada de provas em juízos e processos distintos impede que a Autoridade Judiciária veja o cenário completo, necessário para entendimento de toda a intrincada e complexa trama criminosa." (e-STJ fl. 10933). Pontua que "[a] análise acurada da imputação evidencia que a participação do corréu em apreço se estende a todos os delitos – corrupção, organização criminosa e lavagem de capitais –, o que denota a indissociabilidade da figura do peticionante dos demais corréus detentores de prerrogativa de foro, assim como a necessidade de análise das provas em conjunto." (e-STJ fl. 10933). O MPF chama a atenção desta Corte para a diferença de situação de fato entre o presente caso, em que apenas um, dentre os cinco acusados, não mais detém foro por prerrogativa de função nesta Corte, e a hipótese concreta da Ação Penal 980, na qual, dentre 23 denunciados, apenas um detém esse foro.

O MPF acentua, por fim, "que a presente ação penal está em

adiantado estágio[,] de modo que não se vislumbra, também sob a ótica da economia processual e do princípio da eficiência, respaldo para a cisão requerida.” (e-STJ fl. 10934).

[...] Tem razão o MPF.

[...] A concreta situação de fato dos presentes autos, em que apenas um, dentre os cinco acusados, não detém foro por prerrogativa de função nesta Corte é diametralmente oposta à situação de fato da Ação Penal 980, na qual apenas um, dentre os 23 denunciados, detém esse foro. Assim sendo, o precedente lavrado no julgamento do AgRg na APn n. 980/DF (relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/8/2021, DJe de 24/8/2021) é inaplicável à espécie dos autos.

A circunstância de se tratar de situação de fato diametralmente oposta à verificada no caso do AgRg na APn n. 980/DF, porém, não autoriza, ipso facto, a conclusão no sentido da manutenção nesta Corte do julgamento de pessoa que nela não desfruta de foro por prerrogativa de função. A prorrogação da competência desta Corte deve ser analisada à luz da necessidade da presença de conexão ou continência entre as condutas imputadas aos detentores de foro por prerrogativa de função e ao, agora, não mais detentor dessa prerrogativa.

[...] A jurisprudência do STF é pacífica no sentido de que “[c]abe apenas ao próprio tribunal ao qual toca o foro por prerrogativa de função promover, sempre que possível, o desmembramento de inquérito e peças de investigação correspondentes, para manter sob sua jurisdição, em regra, apenas o que envolva autoridade com prerrogativa de foro, segundo as circunstâncias de cada caso (Inq 3.515 AgR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, DJe de 14.3.2014), **ressalvadas as situações em que os fatos se revelem de tal forma imbricados que a cisão por si só implique prejuízo a seu esclarecimento** (AP 853, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 22.5.2014)”. (STF, Inq 4107, Relator(a): TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 25/10/2016, DJe-239 10-11-2016.) (Grifo acrescentado.) Na mesma direção: “A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal passou a adotar como regra o desmembramento dos inquéritos e das ações penais originárias no tocante a investigados ou coacusados não detentores de foro por prerrogativa de função, **admitindo-se, apenas excepcionalmente, a atração da competência originária**

**quando se verifique que a separação seja apta a causar prejuízo relevante, aferível em cada caso concreto.”** (STF, Pet 7942 AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 29/03/2019, DJe-071 08-04-2019.) (Grifo acrescentado.) Esse, igualmente, é o entendimento desta Corte. “A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal orienta-se no sentido de que a norma que estabelece o foro por prerrogativa de função deve receber interpretação estrita, de modo que o desmembramento deve ser a regra (CPP, art. 80.) [...] De igual modo, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça decidiu que: '[...] Salvo em casos excepcionalíssimos, a regra que fixa a competência do Superior Tribunal de Justiça por prerrogativa de foro, extraída do disposto no art. 105, I, 'a', da Constituição Federal de 1988, deve receber interpretação estrita, por se tratar de norma de caráter excepcional, a despeito das regras previstas no Código de Processo Penal de conexão e continência' (QO na APn n. 976/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, DJe de 01/03/2021.) [...] **Segundo a jurisprudência consolidada no STJ, 'constitui faculdade do Juízo processante determinar o desmembramento de processos, competindo-lhe avaliar a conveniência da separação nas hipóteses em que aplicável a regra prevista no art. 80 do Código de Processo Penal'** (HC n. 347.944/AP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 24/5/2016.)” (STJ, AgRg na APn n. 980/DF, relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/8/2021, DJe de 24/8/2021.) (Grifo acrescentado.) Assim, “[c]abe[] ao tribunal competente para julgar a autoridade com foro por prerrogativa de função **decidir sobre a conveniência do desmembramento do processo quanto aos denunciados não detentores dessa prerrogativa.**” (STJ, AgRg no HC n. 627.759/SP, relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUINTA TURMA, julgado em 7/12/2021, DJe de 14/12/2021.) (Grifo acrescentado.)

Como lembrado pelo MPF, “[n]ão viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por **continência** ou **conexão** do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.” (STF, Súmula 704.) (Grifo acrescentado.)

[...] No que respeita à conexão, o art. 76 do Código de Processo Penal (CPP) dispõe que “[a] competência será determinada pela

conexão: I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras; II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas; III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.”

No tocante à continência, o art. 77 do CPP estabelece que “[a] competência será determinada pela continência quando: I - duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração; II - no caso de infração cometida nas condições previstas nos arts. 51, § 1º, 53, segunda parte, e 54 do Código Penal.” Os artigos do Código Penal referidos no art. 77 do CPP são da Parte Geral do CP de 1940, e regulam o concurso formal, o erro na execução quando o agente atinge a pessoa pretendida e terceiro e o resultado diverso do pretendido. Esses dispositivos codificados correspondem aos atuais arts. 70, 73, segunda parte, e 74 do CP, na redação da Lei 7.209, de 11 de julho de 1984.

[...] No concernente aos delitos de pertinência a organização criminosa, na modalidade qualificada (Lei 12.850, art. 2º, § 4º, II) e de corrupção passiva, nas modalidades simples e qualificada (CP, art. 317, caput, § 1º, conjugado com o art. 327, § 2º), o MPF afirma, em resumo, que: “Desde meados de 1999 até dezembro de 2016, alguns Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro estruturaram um ajuste criminoso de solicitação e recebimento de vantagens indevidas, oferecidas por interessados em processos submetidos a decisões da Corte.” (e-STJ fl. 3323.) Segundo o MPF, “[n]a divisão de tarefas, competiam ao Presidente da Corte de Contas os contatos com os interessados, as solicitações, o controle, o gerenciamento da coleta e a distribuição das quantias, sempre com a **quiescência dos Conselheiros participantes.**” (e-STJ fl. 3323.) (Grifo acrescentado.) Nesse contexto, há **conexão subjetiva por concurso**, disciplinada no art. 76, I, segunda parte, do CPP, entre as condutas concernentes à pertinência a organização criminosa e à corrupção passiva, imputadas a todos os acusados, porquanto são “duas [...] infrações [...] praticadas [...] por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar”. Nessa hipótese, “[t]anto a quantidade de [delitos de corrupção passiva praticados pelo] grupo quanto seu

modus operandi e o âmbito de atuação da organização criminosa revelam a existência de conexão intersubjetiva e instrumental entre os delitos”. (STJ, AgRg no RHC n. 122.952/PR, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/5/2020, DJe de 27/5/2020.)

De outra parte, é inegável, igualmente, a ocorrência de **conexão probatória ou instrumental**, prevista no art. 76, III, do CPP. “Constatada a conexão probatória, a tramitação dos feitos no mesmo juízo torna-se medida necessária inclusive para discriminar, entre os agentes denunciados, **mediante uma análise global e sem risco de decisões contraditórias ou conflituosas**, quais teriam integrado a organização criminosa e quais teriam incorrido nas atividades delitivas apenas episodicamente.” (STJ, AgRg no RHC n. 138.029/RJ, relator Ministro JESUÍNO RISSATO (Desembargador Convocado do TJDF), QUINTA TURMA, julgado em 24/8/2021, DJe de 30/8/2021.) (Grifo acrescentado.) No mesmo sentido, concluindo pela “[r]ejeição do pedido de desmembramento do processo, à vista do **encadeamento de condutas em coautoria e participação em crimes que envolvem agente com foro por prerrogativa de função [...] e demais não detentores do foro**, além do fato de o delito de organização criminosa ensejar a presença de diversos partícipes; e **a divisão neste momento poderia colocar em risco a instrumentalidade, a busca conjunta da verdade na instrução processual e o objetivo de que sejam proferidas decisões não contraditórias aos litisconsortes passivos** (denunciados.)” (STJ, APn n. 993/DF, relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/9/2021, DJe de 3/11/2021.) (Grifo acrescentado.)

Ainda na mesma direção, em caso análogo, esta Corte decidiu que: “O pedido de desmembramento do feito em relação aos denunciados sem foro por prerrogativa de função deve ser rejeitado, pois, no presente caso, **além da evidente conexão**, tem-se o agravante de que **a denúncia envolve a formação de uma organização criminosa que praticava a negociação sistemática de decisões judiciais e administrativas** no âmbito do TJBA, com a participação de Desembargadores e Juizes, revelando a necessidade, ao menos por ora, de manutenção do simultaneus processus.” (STJ, APn n. 940/DF, relator MINISTRO OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 6/5/2020, DJe de

# *Superior Tribunal de Justiça*

13/5/2020.) (Grifo acrescentado.)

Ademais, e, como bem sustentado pelo MPF, “a presente ação penal está em adiantado estágio de modo que não se vislumbra, também sob a ótica da economia processual e do princípio da eficiência, respaldo para a cisão requerida.” (e-STJ fl. 10934.)

Em consonância com a fundamentação acima, impõe-se o indeferimento do pedido de declinação de competência para a primeira instância, formulado pela defesa de Aloysio Guedes.

(e-STJ fls. 11910-11916.) (Grifo no original.)

**B.** Nas suas razões, o acusado Aloysio Guedes repisa, basicamente, os mesmos argumentos expostos no pedido de declinação de competência por ele formulado com base em sua aposentadoria em 25 de fevereiro de 2022. (e-STJ fls. 10812-10815.)

¶

**A.** O acusado insiste na invocação da decisão prolatada por esta Corte Especial no julgamento do AgRg na APn n. 869/DF, relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 7/11/2018, DJe de 21/11/2018. Nesse caso, porém, a situação de fato era muito diferente da ocorrente na espécie. Na referida Ação Penal 869/DF figurava somente um acusado, também conselheiro de Tribunal de Contas Estadual. Por isso, é evidente que a aposentadoria dele implicou a declinação da competência para a primeira instância. Aqui, além do acusado, figuram outros quatro conselheiros, e, como demonstrado na decisão agravada, as condutas deles estão entrelaçadas de tal forma que seria inconveniente o desmembramento do processo.

O acusado também invoca a decisão proferida pela Quinta Turma desta Corte no julgamento do AgRg no RHC n. 119.456/SC, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, julgado em 9/11/2021, DJe de 12/11/2021. Nesse caso, alegava-se “que a investigação teve início e alcançou o agravante ainda quando este ocupava o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sendo, por isso, detentor de foro por prerrogativa de função, situação que não se convalida pelo mero fato de seu indiciamento formal ter ocorrido após sua aposentadoria.” (STJ, AgRg no RHC n. 119.456/SC, supra.) Em conclusão, a Quinta Turma decidiu pelo reconhecimento da “ilegitimidade das investigações aqui descritas realizadas contra o agravante [...], porque supervisionadas por juízo incompetente, já que, como ocupante, ao tempo da apuração contra si também deflagrada, do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, era detentor de foro por prerrogativa de função neste Superior Tribunal de Justiça, nos exatos termos do art. 105, inciso I, alínea 'a', da Constituição Federal.” (STJ, AgRg no RHC n. 119.456/SC, supra.) Assim

sendo, também esse precedente nada tem a ver com a concreta situação de fato dos presentes autos.

**B.** O acusado Aloysio Guedes invoca, ainda, as decisões prolatadas pelo STF no julgamento dos Recursos Extraordinários 546609 e 549560. Nesses precedentes, assim como no caso da Ação Penal 869/DF, havia apenas um acusado com foro por prerrogativa de função que pretendia mantê-lo após a aposentadoria. No primeiro caso, registrou-se que “a jurisprudência [do STF] fixou-se em sentido contrário à pretensão do recorrente, que consiste na manutenção do foro especial por prerrogativa de função àqueles que se aposentaram em cargos cujos ocupantes ostentam tal garantia.” (STF, RE 546609, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 22/03/2012, DJe-104 30-05-2014.) No segundo precedente consignou-se que “[o] recorrente interpôs, perante o Superior Tribunal de Justiça, agravo regimental contra decisão monocrática que declinou da competência do STJ para julgá-lo criminalmente por encontrar-se aposentado”. (STF, RE 549560, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 22/03/2012, DJe-104 30-05-2014.)

Em suma, os precedentes invocados pelo agravante versaram sobre situação de fato concreta discrepante da em causa nestes autos.

**C.** O agravante alega “que a própria investigação que gerou a presente ação penal foi desmembrada quanto àqueles que não possuíam foro especial, dentre eles o conselheiro aposentado Aluísio Gama de Souza, e distribuída em primeira instância sob o número 0509135-14.2017.4.02.5101.” (e-STJ fl. 11978.) (Nota de rodapé e grifo suprimidos.) No entanto, esse desmembramento ocorreu no início da investigação, situação diversa da ocorrente nos presentes autos, em que já foram inquiridas todas as testemunhas indicadas pelas partes, donde a inconveniência, a essa altura, de proceder à cisão processual.

**D.** O agravante assevera, ainda, que a situação dele não se enquadra na situação objeto de ressalva pelo STF, no julgamento da Questão de Ordem na Ação Penal 937. Na referida questão de ordem, o STF fixou as

[...] seguintes teses: “(i) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas; e (ii) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo”.

(STF, AP 937 QO, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal

# *Superior Tribunal de Justiça*

Pleno, julgado em 03/05/2018, DJe-265 11-12-2018.)

Embora, na espécie, não tenha sido finalizada a instrução processual, resta apenas o interrogatório dos acusados, donde a manifesta conveniência da manutenção da competência desta Corte em relação ao acusado Aloysio Guedes. Nessa situação, é aplicável, aqui, o fundamento invocado pelo STF para a prorrogação da competência no casos em que a instrução processual tenha sido encerrada, e que consiste na necessidade de “preservar a efetividade e a racionalidade da prestação jurisdicional.” (STF, AP 937 QO, supra.) Na realidade, não tem sentido, faltando apenas os interrogatórios dos acusados para o encerramento da instrução processual, que haja cisão do julgamento. No presente caso, a instrução processual encontra-se em estágio avançado, porquanto já foram inquiridas todas as testemunhas indicadas pelas partes. Nesse contexto, inexistente conveniência em proceder-se à cisão processual.

Além disso, a Ação Penal 937 versava sobre caso em que havia apenas um réu, o que é diferente da espécie dos autos, em que há quatro corréus que, por não estarem aposentados, ainda desfrutam de foro por prerrogativa de função nesta Corte.

III

Em face do exposto, nego provimento ao presente agravo regimental.  
É como voto.